

**De:** Maeve Monteiro Rovani <[maeve.rovani@mj.gov.br](mailto:maeve.rovani@mj.gov.br)>

**Enviado:** sexta-feira, 5 de novembro de 2021 11:47

**Para:** Michelle Marry Marques da Silva <[silva.michelle@mj.gov.br](mailto:silva.michelle@mj.gov.br)>

**Cc:** Alexandra Lacerda Ferreira Rios <[alexandra.ferreira@mj.gov.br](mailto:alexandra.ferreira@mj.gov.br)>

**Assunto:** ENC: Dúvida jurídica - Fase recursal - Edital de Credenciamento nº 01/2021 - Contratação de leiloeiros SENAD

Prezada Dra. Michelle,

Em complemento ao e-mail do SENAD, encaminho as contrarrazões do leiloeiro Lucas.

Atenciosamente,



**Maeve Monteiro Rovani**

**Coordenadora de Leilões Públicos**

Coordenação de Leilões Públicos - CLPU

Coordenação Geral de Alienação - CGA

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD

**Ministério da Justiça**

Esplanada dos Ministérios, Bloco T

Anexo II – 2º andar – sala 213

Tel: (61) 2025-7278

---

**De:** Luiz Roberto Beggiora <[Luiz.beggiora@mj.gov.br](mailto:Luiz.beggiora@mj.gov.br)>

**Enviado:** quinta-feira, 4 de novembro de 2021 13:50

**Para:** Michelle Marry Marques da Silva <[silva.michelle@mj.gov.br](mailto:silva.michelle@mj.gov.br)>

**Cc:** Giovanni Magliano Junior <[giovanni.junior@mj.gov.br](mailto:giovanni.junior@mj.gov.br)>; Cristina Luisa Hedler <[cristina.hedler@mj.gov.br](mailto:cristina.hedler@mj.gov.br)>

**Assunto:** Dúvida jurídica - Fase recursal - Edital de Credenciamento nº 01/2021 - Contratação de leiloeiros SENAD

Prezada Dra. Michelle,

Solicito à gentileza de analisar os questionamentos constantes do e-mail abaixo dentro da brevidade possível.

Atenciosamente



**Luiz Roberto Beggiora**

**Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas**

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Esplanada dos Ministérios, Bloco T

Ed. Sede – 2º andar – sala 208

Tel: (61) 2025-7201/7203

[luiz.beggiora@mj.gov.br](mailto:luiz.beggiora@mj.gov.br)

---

**De:** Giovanni Magliano Junior <[giovanni.junior@mj.gov.br](mailto:giovanni.junior@mj.gov.br)>

**Enviada em:** quinta-feira, 4 de novembro de 2021 12:06

**Para:** Luiz Roberto Beggiora <[Luiz.beggiora@mj.gov.br](mailto:Luiz.beggiora@mj.gov.br)>

**Cc:** Cristina Luisa Hedler <[cristina.hedler@mj.gov.br](mailto:cristina.hedler@mj.gov.br)>; Cristiano Paulo de Freitas <[cristiano.freitas@mj.gov.br](mailto:cristiano.freitas@mj.gov.br)>; Maeve Monteiro Rovani <[maeve.rovani@mj.gov.br](mailto:maeve.rovani@mj.gov.br)>

**Assunto:** ENC: Dúvida jurídica - Fase recursal - Edital de Credenciamento nº 01/2021 - Contratação de leiloeiros SENAD

Caro Secretário, bom dia.

Segue consulta urgente, elaborada pela Comissão de Credenciamento, que precisamos remeter à CONJUR, aos cuidados da Dra. Michelle Marry Marques da Silva [silva.michelle@mj.gov.br](mailto:silva.michelle@mj.gov.br).

Peço sua análise e, se aprovado, imediato envio àquela Consultoria, solicitando a gentileza de nos assessorar nessa importante fase para a conclusão do processo de credenciamento de leiloeiros no âmbito da SENAD.

Att.,



[Ampliar](#)

**Giovanni Magliano Junior**

**Diretor de Gestão de Ativos**

Diretoria de Gestão de Ativos - DGA

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD

**Ministério da Justiça**

Esplanada dos Ministérios, Bloco T

Anexo II – 2º andar – sala 205

Tel: (61) 2025-7261

---

**De:** Alexandra Lacerda Ferreira Rios <[alexandra.ferreira@mj.gov.br](mailto:alexandra.ferreira@mj.gov.br)>

**Enviada em:** quarta-feira, 3 de novembro de 2021 17:33

**Para:** Maeve Monteiro Rovani <[maeve.rovani@mj.gov.br](mailto:maeve.rovani@mj.gov.br)>

**Assunto:** Dúvida jurídica - Fase recursal - Edital de Credenciamento nº 01/2021 - Contratação de leiloeiros SENAD

Trata-se do processo nº 08129.001647/2021-57 referente ao Edital de Credenciamento nº 01/2021 - SEI nº [15460805](#) (doc. anexo) com vistas a credenciar **Leiloeiros Públicos Oficiais**, pessoa física, visando a alienação de ativos, por meio de leilão ou venda direta, de forma definitiva ou cautelar, de bens móveis, imóveis, estabelecimentos comerciais e ativos biológicos, localizados em zona urbana ou rural, apreendidos ou sequestrados, oriundos da prática de crimes, em todos os estados da federação, para atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), nos termos do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932 e da Instrução Normativa DREI nº 72, de 19 de Dezembro de 2019, observando o que dispõe a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como, as condições estabelecidas em Edital e seus Anexos.

No âmbito desse credenciamento, destacamos as informações abaixo:

Edital de Credenciamento de Leiloeiros 01/2021:

5.9.2. Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial ou declaração atestando a regularidade do Leiloeiro Oficial, **emitidos pela Junta Comercial de qualquer Estado, conforme art. 65 da Instrução Normativa DREI nº 72, de 19 de Dezembro de 2019;** e

Projeto Básico - Anexo 01 do Edital 01/2021:

9.10. Os leiloeiros contratados deverão atender aos seguintes requisitos:

...

c) Promover o leilão **por meio de plataforma eletrônica**, própria ou contratada, que permita a ampla divulgação do edital de leilão, além da publicidade exigida pela Lei 11.343/2006 e pela Lei 8.666/93;

...

16.19. Disponibilizar **plataforma eletrônica de leilão online** que deverá contar minimamente as seguintes informações:

...

Instrução normativa DREI nº 72 de 19/12/2019:

## Seção VI

Da escolha do leiloeiro

Art. 65. A escolha deverá recair em leiloeiro matriculado na unidade federativa de onde se localiza o bem, **salvo no caso de leilão eletrônico, caso em que a escolha do leiloeiro será de livre critério do contratante comitente ou mandatário.**

Resposta ao Pedido de Esclarecimento 04 (15566502):

**"1) Mesmo sendo leiloeiro nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, posso me cadastrar como leiloeiro nos demais estados da federação, independente de registro na junta comercial daquele Estado.**

Sim. Como os leilões serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, podemos aceitar Atestados e Certidões emitidas por outros Estados.

No entanto, o leiloeiro deve observar que deverá comparecer nos pátios onde se encontram os ativos para, se necessário, remover para pátio próprio e/ou realizar vistoria e avaliação do veículos, conforme determinado no Manual de Orientações – ANEXO 05 – Projeto Básico.

5.9.2. Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial ou declaração atestando a regularidade do Leiloeiro Oficial, emitidos pela Junta Comercial de qualquer Estado, conforme art. 65 da Instrução Normativa DREI nº 72, de 19 de Dezembro de 2019.

...

Resposta ao Pedido de Esclarecimento 09:**QUESTIONAMENTO 02**

**Dessa forma, o leiloeiro pode se credenciar em todos os estados da federação, independente de possuir matrícula no mesmo ou não? Por exemplo, se o leiloeiro possui matrícula somente no estado do Paraná, ele pode se credenciar em todos os demais estados, apresentando apenas a certidão da Junta Comercial do Estado do Paraná?**

Sim.

“5.9.2. Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial ou declaração atestando a regularidade do Leiloeiro Oficial, emitidos pela Junta Comercial de qualquer Estado, conforme art. 65 da Instrução Normativa DREI nº 72, de 19 de Dezembro de 2019; e”

No entanto, os leiloeiros devem estar cientes de que diversas obrigações deverão ser realizadas presencialmente.

Sugiro realizar leitura do Manual de Orientações anexo ao Edital.

Deverá observar também o disposto na alínea a) do subitem 8.13 do Projeto Básico – Anexo ao Edital:

“Não será permitida a **contratação simultânea** de um mesmo leiloeiro em mais de um estado ou região, a fim de garantir o adequado fluxo de alienação de ativos e evitar o acúmulo de ativos em determinado estado ou região, o que causaria sérios prejuízos à Administração;”

Desse modo, considerando que os leilões deverão ocorrer na forma eletrônica, entendemos que não se faz necessário que o profissional tenha matrícula na Junta Comercial do Estado para o qual solicitou credenciamento, nos termos do art. 65 Instrução normativa DREI nº 72 de 19/12/2019, fato que embasou as análises das habilitações pela SENAD.

Durante a fase recursal, recebemos as manifestações dos leiloeiros Juliana Vettorazzo Rodrigues Barros e Edgar de Carvalho Júnior (docs anexos), ambas questionando a habilitação de leiloeiros registrados em junta comercial de outro estado e, ainda, não inscritos no CAD-ICMS no RJ, conforme Resolução SEFAZ nº 994/2016

([http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jsp?\\_afzLoop=55039112668236986&datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC304191&\\_adf.ctrl-state=kwbnlh2vr\\_9](http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jsp?_afzLoop=55039112668236986&datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC304191&_adf.ctrl-state=kwbnlh2vr_9)).

Incluem-se nesse caso os leiloeiros Fernando Caetano Moreira Filho, Lucas Rafael Antunes Moreira, Jonas Gabriel Antunes Moreira, Roland de Freitas Moreira e Sandra de Fátima Santos, que não possuem domicílio fiscal nem registro na Junta Comercial do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, trazemos o disposto no art. 29 da lei nº 8.666/93: A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (...) II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

Ademais, o art. 13 da Resolução nº 994/2016 veda a concessão de inscrição no CAD-ICMS para a pessoa física com atividade de leiloeiro público que não possuir matrícula concedida pela JUCERJA para o exercício dessa profissão ou cuja matrícula estiver irregular, conforme inciso XIII.

**Consulta 1: Estariam esses leiloeiros obrigados a apresentar prova de regularidade fiscal estadual e inscrição no CAD-ICMS?**

Outra situação, recai sobre os leiloeiros Renato Guedes Rocha e Fabio Manoel Guimarães, os quais possuem registro na Junta Comercial do Rio de Janeiro, porém não possuem inscrição no CAD-ICMS. Nesse caso, a Resolução nº 994/16 traz em seu art. 9º a seguinte obrigatoriedade: Estão obrigadas à inscrição no CAD-ICMS, antes do início de suas atividades, as seguintes pessoas físicas que exerçam, com a finalidade de comercialização: (...) II - atividade de leiloeiro público.

**Consulta 2: Diante disso, indagamos se a inscrição no CAD-ICMS deve ser critério para a habilitação do leiloeiro registrado no Estado do Rio de Janeiro.**

Desde já agradecemos a atenção e colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,